

**CEDI**

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo

Class.: 41

Data: 17 de julho de 1980

Pg.: \_\_\_\_\_

# Jari: general propõe presença do governo

Da sucursal do  
RIO

O general Danilo Venturini, chefe da Casa Militar da Presidência da República, admitiu ontem, no Rio, em conferência na Escola Superior de Guerra, a necessidade urgente de o governo brasileiro se fazer presente no projeto Jari. A afirmação veio em resposta à pergunta de estagiários que mais uma vez insistiram em esclarecimento sobre o Projeto Jari, notadamente a respeito da verdadeira extensão das áreas pertencentes ao empresário norte-americano Daniel Ludwig.

O general informou da existência de um levantamento aerofotogramétrico do projeto em que sua extensão está em torno dos 3.200 mil hectares, embora só exista o registro oficial de uns 600 mil. As demais são áreas registráveis ou em processo de registro. Disse estar convencido da necessidade de o governo brasileiro atuar mais na região, e que existem estudos e recomendações nesse sentido. "É importante vigiar" — disse o general.

No dia 1º de julho, quando o ministro-chefe da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva, esteve na ESG — acompanhado do secretário do presidente, Heitor de Aquino — também foram feitas perguntas sobre o Projeto Jari, mas Golbery preferiu não respondê-las, alegando que fugiam ao tema da palestra. Os alunos da ESG que visitaram o Projeto também não conseguiram precisar as áreas compreendidas pelo Jari, daí a curiosidade revelada mais uma vez, ontem.

### ESTRANGEIROS

A conferência de Venturini foi basicamente sobre a estrutura e funcionamento do Conselho de Segurança Nacional, com o general demonstrando aos estagiários como funciona e porque existe, mas sem fazer qualquer alusão à subversão ou grupos terroristas, da mesma forma que um de seus colegas de mesa, o secretário do Conselho de Segurança Nacional, coronel Rubem Ludwig. Mas o chefe da Casa Militar teve de responder a muitas perguntas dos estagiários — por escrito, como sempre, e anotadas no formulário próprio para isso, que cada um possui.

Uma delas foi especificamente sobre o anteprojeto que regulamenta a permanência de estrangeiros no Brasil. Ventu-

rini explicou que ele é originário de um estudo conjunto dos Ministérios da Justiça, de Relações Exteriores e do Trabalho, tendo o Conselho de Segurança Nacional fornecido sua colaboração, "notadamente com referência a dados". Disse, também, que o projeto vem sendo estudado há seis anos e que muitas das reuniões foram no Conselho de Segurança Nacional. Mostrou-se igualmente surpreso com os protestos em relação ao projeto.

Venturini informou ter examinado algumas legislações de países como a Inglaterra, Estados Unidos e França, onde as restrições são até maiores do que as nossas, e afirmou que o País pretende disciplinar, e não perseguir ou punir. Agora — afirmou qualquer norma, evidentemente, tem seu aspecto restritivo.

A segunda parte da pergunta feita por um estagiário foi com relação à Igreja Católica, que seria atingida de uma forma ou de outra. Esta foi respondida de maneira pronta por Rubem Ludwig, o qual apenas lembrou que "nos três ou quatro últimos meses, segundo dados estatísticos, entraram no País cerca de 80 missionários. Todos com destino ao sul do País, por coincidência", mas não fez maiores comentários.

### SALVAGUARDAS E ÍNDIOS

As "salvaguardas" também foram tratadas e, segundo o general Venturini, elas foram adotadas por serem o meio mais rápido e eficiente que se encontrou para atuar numa situação de emergência. Ele lembrou que outras medidas, como o estado de sítio, dependem muitas vezes de uma tramitação lenta no Congresso, que pode impedir a rápida aplicação da medida necessária.

Os índios, notadamente os fixados no norte de Mato Grosso e próximos da fronteira, também foram alvo de perguntas, com o general admitindo que alguns posseiros realmente ocuparam áreas pertencentes a indígenas e que está sendo estudada uma forma de resolver o problema. Até mesmo uma indenização, em torno do Cr\$ 310 milhões, para manter os índios nas áreas a eles reservadas, estaria em cogitação.

Desmentiu, porém, que o governo pense em retirar os índios das proximidades das fronteiras, garantindo que isso não vai acontecer.